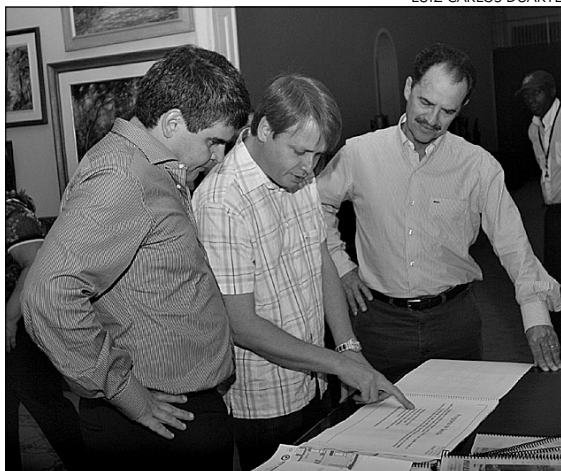




LUIZ CARLOS DUARTE

•A partir da esquerda: Brant, Fazolatto e Custódio

Sem previsão de verba para Museu

•Secretário Estadual de Cultura visita Museu Mariano Procópio

Recursos de empresas estatais mineiras poderão ser empregados nas obras de restauração do Museu Mariano Procópio (Mapro). Em visita, na tarde de ontem, à Vila Ferreira Lage e ao prédio Mariano Procópio (anexo) — instalações que abrigam o segundo maior acervo imperial do Brasil —, o secretário de Estado de Cultura, Paulo Brant, afirmou que pretende destinar recursos da pasta ao Mapro através de iniciativas culturais de empresas como Cemig e Copasa. No entanto, valores e prazos ainda não entraram em pauta.

Acompanhado pelo prefeito Custódio Mattos e pelo diretor-superintendente do Mapro, Douglas Fazolatto, Brant pôde conhecer o triste estado de conservação em que se encontram as instalações dos dois prédios históricos, os quais classificou como “maravilhosos”. Há cerca de um ano, o espaço foi fechado para obras de restauração, inter-

rompidas ainda em estágio inicial devido à retenção de recursos após o escândalo que culminou com a prisão do então prefeito Alberto Bejani. Apenas o reforço estrutural, o telhado e as fachadas frontal e lateral do prédio anexo foram concluídas.

Com as obras orçadas em quase R\$3 milhões, o projeto de reparação encaminhado ao Ministério da Cultura (MinC) para enquadramento na Lei Rouanet de incentivo foi apresentado ao secretário. Segundo Paulo Brant, o objetivo da visita era conhecer o espaço e fazer um contato inicial para avaliar intenções culturais comuns entre Prefeitura e Estado.

— A ideia é que o Estado possa apoiar o que já está sendo programado para o Mapro. O projeto de restauro já foi apresentado ao MinC e, tão logo aprovado, submeteremos proposta de captação de recursos a estatais, como Cemig e Copasa — afirmou Brant.

Para Douglas Fazolatto, a contribuição do Governo do Estado pode representar a viabilização das obras.

— Nossa intenção é estabelecer uma parceria que permita que o Museu seja devolvido à cidade o mais rápido possível — destacou Fazolatto, lembrando que reforma da Vila pode ser retomada ainda no primeiro semestre deste ano.

•Na primeira reunião, Prefeitura já adiantou que não tem como conceder reajuste para a categoria

Os servidores públicos municipais não deverão ter reajuste este ano. A afirmação foi feita ontem pelo secretário de Administração e Recursos Humanos, Vitor Valverde, durante reunião com representantes dos sindicatos que representam a categoria. Diante da negativa da Administração em negociar o aumento salarial, o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserpu) e dos Professores de Juiz de Fora (Sinpro) vão paralisar as atividades no dia 24.

FALTA DE RECURSOS

De acordo com os sindicatos, o representante da Administração Municipal iniciou a primeira rodada de negociações explicando que não tinha condições de oferecer qualquer índice de reajuste aos servidores por causa da falta de recursos nos cofres públicos.

— É com frustração que dou essa notícia. Contudo, neste momento, não seria responsável se concedesse qualquer reajuste salarial, já que encontramos a Prefeitura com diversas dívidas vencidas, que chegam a cerca de R\$ 40 milhões — explicou o secretário.

O coordenador do Sinpro, Flávio Bitarello, disse que esta não é a primeira vez

que o Executivo utiliza esse discurso para não negociar com os servidores.

— Cada vez que muda o prefeito é a mesma coisa. A nova administração sempre joga a culpa de falta de recursos para a anterior. A história sempre se repete — lamentou Bitarello.

Para os sindicalistas, a falta de verbas não é justificativa para evitar as negociações. No Orçamento 2009, aprovado pela Câmara em dezembro do ano passado, foram destinados re-

ursos suficientes para repor 6% das perdas referentes ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

— Isto estava no orçamento. Queremos saber para onde foi este dinheiro — questionou o secretário-geral do Sindicato dos Médicos, Geraldo Sette.

— Para começar a negociação, eles deveriam cumprir ao menos o que já foi previsto pelos vereadores — complementou Bitarello.

No dia 23, os sindicalistas voltam a se reunir com representantes da Prefeitura.

Atuação conjunta

Apesar de pautas diferentes, os sindicatos estão atuando conjuntamente nesta primeira etapa de negociações do reajuste salarial. Tanto que Sinserpu e Sinpro definiram a mesma data para paralisarem suas atividades e fazerem assembleias. De acordo com o presidente do Sinserpu, Cosme Nogueira, no dia 24, os servidores públicos se reunirão em frente à Câmara Municipal para exigir que a Prefeitura negocie a reestruturação da tabela salarial em R\$ 150 para todos funcionários, além de reajuste de 12% sobre o valor corrigido. Eles ainda pedem o aumento de R\$ 40 no ticket alimentação e a redução de jornada de 44 para 40 horas semanais.

Apesar de não terem apresentado índice de reajuste, os médicos concordam com o valor levantado pelo Sinserpu. Mas sua pauta específica dá prioridade à regularização da distorção salarial dos profissionais, que, segundo Sette, recebem 25% a menos que outros servidores com forma-

ção superior.

— Não temos atrativos na carreira. Além disso, diversos setores têm demitido. Queremos a redução desta prática — explicou o secretário-geral, dizendo que os setores mais prejudicados com os desligamentos são as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e os atendimentos de Urgência e Emergência.

Os professores também não trabalharão na sexta-feira da semana que vem e vão realizar assembleia no Pró-Música, às 14h30min. Na ocasião, o sindicato espera ter um índice de reajuste proposto pela Prefeitura para apresentar aos profissionais. Na pauta específica, eles pedem 19,2% de aumento com base no valor repassado ao município pelo Governo federal por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais (Fundeb).

O Sindicato dos Engenheiros foi procurado para apresentar suas reivindicações, mas ninguém foi encontrado.